

Recortes sobre os processos de subjetivação de mulheres: a construção de subjetividades a partir da militância feminista

Amanda Gaion Pedro¹

Resumo: O movimento social de mulheres perpassa a história com suas demandas e lutas em busca de conquista de direitos. Neste trabalho, apresentaremos os resultados parciais de nossa pesquisa que enfocará a história do movimento de Londrina-PR, com o objetivo principal de analisar o processo de produções de sentidos entre as mulheres militantes do movimento feminista de Londrina-PR, a partir de 2012, no tocante às questões dos direitos das mulheres, além de ter como foco de análise neste movimento as construções do mesmo como novas narrativas sobre gênero feminino e a garantia de direitos. Nossas ferramentas de análise são as propostas trazidas pela psicologia social discursiva e a produção de sentidos no cotidiano. O movimento feminista pode ser considerado um mecanismo de resistência ao sistema hegemônico que se configurou no ocidente. Neste sentido, a psicologia social é um dispositivo que disponibiliza ferramentas comprometidas politicamente e eticamente, com posicionamentos que busca desvelar verdades essenciais e generalizáveis, fazendo com que esta psicologia seja trazida neste estudo como instrumento que problematize as relações sociais de opressão e de desigualdade, desconstruindo posições ideológicas que sustentam tais relações e questionando a naturalização do pensamento opressor. Assim, um dos objetivos também é apresentar a metodologia escolhida para a construção desta narrativa que perpassa pelos conceitos de cotidiano, lugar, produção de sentido, práticas discursivas e campo-tema. Além de trazer a discussão para o campo das teorias feministas e estudos gêneros. Consideramos que a Psicologia Social é um campo rico em ferramentas conceituais e metodológicas e a inclusão da perspectiva de gênero e feminista deverá proporcionar avanços nos debates sobre as relações entre os movimentos sociais e a construção de subjetividades.

Palavras-chaves: Processos de Subjetivação. Militância Feminista. Psicologia Social.

Introdução

A mobilização das mulheres em torno da conquista de direitos existe há longos anos, com demandas específicas nas questões de gênero, que se inter cruzam com categorias como raça/etnia e classe. Demandas essas que vão surgindo ao decorrer da história e exigindo novas soluções para tais problemas a elas designados e por elas vivenciados. A cada transformação deste movimento, foram registradas várias ações emancipatórias no que diz respeito aos direitos civis, políticos e sociais das mulheres. Porém, a cada mudança, novos olhares se constroem sobre este movimento social e novas discussões se consolidam para que a garantia do contínuo acesso das mulheres por cidadania não se dissipe e seja assegurado.

¹ Universidade Estadual de Londrina; Mestranda pelo PPGPSI-UEL; amandagaion@gmail.com.

Este trabalho é a narrativa de uma proposta de pesquisa que parte da indignação constante de uma ativista pelos direitos das mulheres e psicóloga social que acompanha os desdobramentos do cenário feminista na cidade de Londrina-PR, desde 2012. Através deste acompanhamento, um questionamento sobre a subjetividade das mulheres militantes neste movimento surgiu, fazendo com que essa pesquisa fosse possível. A psicologia social é um campo rico em ferramentas conceituais para o entendimento dos processos de subjetivação deste movimento, que se constitui e se reconstitui através da linguagem feminista, proporcionando que mulheres envolvidas no movimento produzam novos sentidos para suas vidas e para as lutas pela conquista plena de cidadania para todas as mulheres. Este é um dos alvos desta investigação.

Os discursos que são tecidos dentro deste contexto, onde os feminismos se fazem e se refazem, podem contribuir para a produção de sentido no cotidiano vivido das agentes deste movimento? Essa produção de sentido através do discurso feminista pode afetar de forma significativa o cotidiano dessas mulheres? E como é essa afetação, se assim houver? A busca por essas respostas é que impulsiona a realização de tal pesquisa.

Para a realização do estudo no contexto do movimento feminista londrinense, é importante partir de uma breve discussão histórica da mobilização das mulheres no ocidente, visto que, nesta região, as redes de relações e intercomunicações se fizeram mais constantes e influentes. Assim, no contexto sócio-histórico europeu pós-revoluções (francesa e industrial)², o feminismo nasce como um grito de emancipação das mulheres por direitos civis e trabalhistas. Importante situar que nos continentes asiático e africano também houve mobilizações de mulheres para a garantia de direitos, porém esta pesquisa buscará como fonte histórica o movimento feminista ocidental, marcando como início deste o sufrágio.

Movimento Feminista: importantes considerações históricas

A Europa que emerge após o período histórico das revoluções burguesas, principalmente, a revolução industrial, faz com que o movimento do sufrágio feminino (século XIX-XX), também conhecido como a primeira onda do feminismo, criasse um contexto de luta das mulheres pelo direito ao voto e por melhores condições de trabalho, que possibilitassem uma significativa mudança na ordem social vigente até então (ALVES &

² As mobilizações de mulheres que aconteceram pelos continentes asiático e africano, bem como os movimentos da América Latina, são tão significativas quanto as mobilizações concretizadas no contexto europeu, contudo, por uma questão de prazos institucionais, esta pesquisa se restringirá apenas as conjunturas pós-revoluções européias, devido a forte disseminação que atingiram.

PITANGUY, 1981). O sufrágio traçou duras lutas políticas, porém garantiu a conquista do voto feminino e a extensão das leis trabalhistas para as mulheres, gerando caráter de cidadania a grande parte da população feminina. Conforme cita Alves e Pitanguy (1981), as décadas de 30 e 40 representaram um período de concretização de algumas conquistas deste movimento, como a aquisição do voto para as mulheres, o ingresso às instituições escolares e a participação no mercado de trabalho.

Em meados dos anos 60, segundo Frazer (2007), o movimento feminista passa a questionar as formas de dominação masculina, sustentando a inclusão do “pessoal” na visão política. O cotidiano privado das mulheres passa a ganhar destaque no questionamento das estruturas de dominação do homem sobre a mulher. Os problemas que antes eram entendidos como da vida privada, na medida em que envolvem questões de justiça, se tornaram questões de ordem pública. Nesse sentido, Pinto (2012) aponta que, neste contexto, o feminismo surge como um movimento libertário, com o objetivo de libertar as mulheres das opressões que vivenciam em todos os aspectos da vida. Os espaços a serem conquistados não seriam apenas no trabalho, nos estudos ou na vida pública, mas também na questão da liberdade e autonomia de decisão sobre si. Neste momento, acontece a consolidação da chamada segunda onda do feminismo.

A terceira onda do movimento se concretiza mundialmente na década de 1990, trazendo uma discussão dos modelos estabelecidos nas outras ondas, focando nas discussões de micropolítica (RIBEIRO, 2014). As reflexões trazidas, entre outras, por Judith Butler mudam no sentido de expor que o discurso universal é excludente, pois as opressões atingem as mulheres de diferentes formas.

Como resultado desta terceira parte da história do feminismo concluiu-se que não existe apenas um enfoque feminista, há diversos, principalmente, quanto “às posições ideológicas, abordagens e perspectivas adotadas, assim como há grupos diversos, com posturas e ações diferentes”. (RIBEIRO, 2014).

Atualmente, fala-se em uma quarta onda do movimento feminista. Segundo Matos (2010, pp. 68-69), a “quarta onda” valoriza “arenas paralelas de atuação, seja no âmbito da sociedade civil ou no das fronteiras existentes entre esta e o Estado”, assegurando a seriedade do debate em torno das interseccionalidades entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração. Consideramos que essas transformações do movimento feminista foram sendo realizadas de acordo com os acontecimentos sociais e culturais pelo mundo. Podemos, então, dizer que a cada onda se propagou novos objetivos, novas pautas, novos olhares, criados e intensificados, fazendo com que esse movimento crescesse e ganhasse a participação efetiva das mulheres.

Existem ainda, muitas contradições, impasses e desafios a serem ouvidos e trabalhados para se alcançar maiores e melhores ações. Ações essas que possam modificar a vida de grande parte das mulheres, principalmente aquelas que são mais atingidas pelos machismos cotidianos e a negação de direitos, ou seja, as mulheres negras, que buscam todos os dias formas de sobrevivência em uma cultura patriarcal e racista.

Opressão, violência e discriminação contra as mulheres

A opressão contra as mulheres é histórica, antes mesmo da organização política pela reivindicação de direitos. O abuso contra as mulheres, em seus múltiplos sentidos e ações, era e é um fato social existente. Para algumas feministas, a opressão contra as mulheres, pode-se ter intensa relação com a invenção da propriedade privada, como veremos a seguir. A partir disso, dá suporte à criação da divisão sexual do trabalho. Passa, então, a existir a separação entre as atividades laborais, registrando assim, a diferença entre o que seria o trabalho do homem e o trabalho da mulher.

Anterior ao surgimento da propriedade privada, Alves & Pitanguy (1981, p.66) apontam que “nas sociedades de caçadores e coletores não havia uma divisão estrita entre economia doméstica e economia social. Inexistia o controle de um sexo sobre o outro na realização de tarefas ou nas tomadas de decisão”. Ou seja, as mulheres tinham poder de decisão nos acontecimentos dessa comunidade, havia separação entre os sexos no sentido laboral, mas não havia diferença no sentido moral, ou seja, não havia nessa ordem de convivência uma superioridade do trabalho do homem sob o trabalho da mulher, pelo contrário, havia um regime de parceria e solidariedade entre homens e mulheres que impulsionava o coletivo a resistir em um contexto de difícil sobrevivência.

Porém, com o humano se tornando sedentário, passou a cultivar a terra e se estabelecer em lugar fixo, com a invenção de alguns instrumentos para o trabalho no campo, a capacidade de ter força física para o labor passou a ter maior valor, conseqüentemente a isso, tendo como base a lei do mais forte e não mais os princípios das mulheres e dos homens que conduziam juntos o mundo. O homem passa a ser supervalorizado em relação à mulher. Emerge em meio a esse jogo de poder o patriarcado, que impulsiona até os dias de hoje a desigualdade entre homens e mulheres.

O surgimento da diferença social e política entre os sexos trouxeram, então, grandes perdas para a vida das mulheres, no sentido de perder sua autonomia, seu poder de decisão e o valor de seu trabalho. A mulher é considerada até momento o “sexo frágil”, ainda carrega

toda a bagagem história da indiferença e da desigualdade. Até o presente momento temos que lidar com esse tipo de pensamento arcaico, de que a lei do mais forte (fisicamente) deva prevalecer em todas as bases de uma sociedade.

Pensando na realidade brasileira, a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em março de 2017, sobre a disparidade entre os gêneros analisando a renda da população, nos mostra que a média nacional do cidadão brasileiro é de R\$ 2.043,00, porém o homem continua recebendo mais. Enquanto ganham, em média, R\$ 2.251,00, as mulheres recebem acerca de 1.762,00, ou seja, a diferença gira em torno de R\$ 489,00 (KOMETANI, 2017). Ainda se tem sobre a mulher a expectativa que por ter outras obrigações – entendidas de sua inteira exclusividade – como o cuidado da casa e dos filhos, ela não poderá se dedicar por completo ao seu trabalho, justificando assim, o rendimento salarial menor. Delineia-se então, até o atual momento, que o cuidado doméstico é apenas da ordem feminina.

A violência é um marco severo que atinge milhões de mulheres no mundo, segundo informações da Organização Mundial da Saúde, o Brasil segue sendo o 5º país no ranking de homicídios femininos, com sua taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres (WAILSELFISZ, 2015).

É relevante firmar que a violência contra a mulher é um problema social estrutural que tem como base o machismo cotidiano e o patriarcado imbricados nas relações sociais, elemento ímpar na discussão deste tema. A preocupação mais recente é “a superação dessa violência como condição necessária para a construção da nossa humanidade” (WAILSELFISZ, 2015, p. 7). De toda essa discussão, o que se confere de mais novo nesses desdobramentos de superação da violência contra a vida das mulheres é a judicialização, que podemos entender como a criminalização dessa violência, movida pelos aparelhos estatais, tais como a polícia e o sistema jurídico, na mobilização em proteger as vítimas ou na punição dos agressores (WAILSELFISZ, 2015).

Neste sentido, podemos citar duas leis brasileiras que tiveram suma importância nesse processo jurídico de criminalização da violência contra a mulher que foram a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, promulgada em agosto de 2006, e a Lei 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio, sancionada em março de 2015.

Em 2013 foram registrados 4.762 mortes de mulheres no país, o que representam 13 homicídios femininos diários. Em 2015 foram 4.621 mulheres assassinadas no Brasil segundo dados do IPEA, porém, neste mesmo ano, foi constatada certa diminuição no número de

mortes de mulheres brancas no país (queda de 9,8%), enquanto que o índice de mortes das mulheres negras aumentou (aumento de 54,2%).

É significativo grifar nessas linhas que as mulheres negras são as principais vítimas da violência contra as mulheres neste país. Segundo Sanematsu e Prado (2017), as mulheres negras são as maiores vítimas de violência doméstica, de mortalidade materna, de violência obstétrica. A maioria das mulheres mortas por agressão é negra. Os homicídios de mulheres brancas caíram, enquanto os homicídios de negras aumentaram, conforme vimos acima.

Os dados também revelaram que as mulheres morrem mais por estrangulamento/sufocação, objeto cortante/penetrante e objeto contundente, indicando maior presença de crimes de ódio ou por motivos fúteis/banais. O local das mortes geralmente são os domicílios e atualmente, no Brasil, foram registradas aproximadamente 8.000 pessoas presas por violência doméstica (WAILSELFISZ, 2015).

Essa base histórica e de informação em relação à concretização dos fatos de violência e opressão sobre as mulheres, faz com que o movimento feminista seja um movimento social de suma importância ainda nos dias de hoje. Pois, é partir da organização política e social das mulheres, em conjunto com a produção de novas formas de subjetivação feminina, partindo do conhecimento histórico dessas lutas e a proposição de transformar as bases machistas e patriarcais da sociedade, que mudanças podem vir a ser geradas.

No cenário político brasileiro, alguns retrocessos no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres começaram a aparecer. Um exemplo dessa afirmação é a proposta de Ementa Constitucional 181/2015, que pretende extinguir as permissões legais de interrupção da gravidez, a saber, em casos de estupro, anencefalia do feto e risco para a vida da gestante. Alguns grupos conservadores propõem inserir no texto constitucional a “dignidade da pessoa humana desde a concepção”, desconsiderando a dignidade da mulher e seu direito de decidir sobre seu próprio corpo. Recentemente, em Londrina-PR, houve um avanço das pautas conservadores na Câmara Municipal, como a aprovação da Lei Municipal n. 12.509, de 12 de junho de 2017, que acrescenta às Comemorações Oficiais do Município o Dia do Nascituro. Mesmo com posicionamentos de diversos coletivos que lutam pelos direitos das mulheres, do Ministério Público, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, contrários à proposta, a Lei foi aprovada e sancionada pelo atual prefeito Marcelo Belinati do Partido Progressista (PP), ferindo gravemente o princípio da laicidade do Estado, já que o fundamento da referida lei tem bases teológicas. Além de não ter respaldo jurídico, afronta o direito das mulheres sobre seus corpos, sobre sua dignidade e as culpabiliza,

ignorando a responsabilidade do Poder Público em garantir condições materiais e psicológicas para as mulheres gestantes.

O Movimento das Mulheres de Londrina a partir de uma perspectiva feminista

Levando em consideração esse breve histórico trazido do movimento feminista e os dados sobre as opressões contra as mulheres, escrever sobre esse movimento em Londrina - PR, seus desdobramentos, suas contribuições para a realidade de algumas agentes ativas do movimento, pensando nas ferramentas de análise produzidas pela psicologia social nesse processo histórico-social-cultural requer contar outra história. Segundo Spink (2003, p. 22), “nós contamos histórias e nós nos tornamos as histórias que nós contamos”. Assim, segue minha narrativa não acabada e minha pergunta dentro deste movimento.

A pesquisadora nesta parte do escrito irá contar essa história em primeira pessoa: Ao ingressar na área de assistência social como psicóloga de um dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) na cidade de Londrina-PR em 2011, minha prática se iniciou atendendo famílias socialmente fragilizadas. Acolhendo as demandas, principalmente as subjetivas, me deparei com alguns questionamentos importantes para (re)pensar o trabalho com famílias que o serviço desenvolvia. As observações iniciaram na questão de gênero, através das quais foi possível perceber que a maioria das pessoas que atendíamos era mulheres. Dessas, a maioria chefes de famílias, com muitos filhas/os, sendo obrigadas a trabalhar longas jornadas para poder sustentar a si e seu núcleo familiar. O cuidado com as crianças e jovens eram designados, muitas vezes, às instituições públicas como escola, creche e/ou projetos socioassistenciais; algumas mulheres os deixavam sozinhos em casa ou com parentes. Percebi que muitas mulheres ali sobrevivem apenas com a renda do Programa Bolsa Família, pois não conseguiam um trabalho formal ou vagas nas instituições de cuidado e educação para deixarem seus filhos. Porém, a maioria dessas mulheres trabalhava, muitas sem registro em carteira. Havia sim, certo tipo de labor, onde a profissão que mais atendíamos era de empregada doméstica.

Outra questão que analisei foi em relação à raça/etnia dessas mulheres: maioria negra e indígena. Em seus atendimentos individuais, lembro-me de me deparar com outra questão bastante significativa: entre 10 das mulheres que passaram por atendimento do serviço de psicologia, oito foram abusadas sexualmente de alguma forma. Não concordava com as altas taxas de abusos; o quanto essa experiência causou danos para a vida dessas mulheres. O objetivo nos atendimentos era fortalecê-las a elaborar certa vivência, entendendo sua condição

enquanto sujeito ativo no mundo, refletindo sobre si e seus pares. Porém sabia que não era apenas isso, queria fazer mais, por elas e por mim.

Em meados de março de 2012, após o dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher), fui convidada por um amigo a participar de uma formação feminista. Uma profissional da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Londrina, juntamente com uma organização feminista estariam oferecendo essa formação. Aceitei, e ali eu passei a dar nomes aos meus incômodos. Descobri, de fato, o que eram os estudos de gênero; fui observando que era esse tipo de grupo que me faltava, era esse tipo de informação que eu procurava e se encaixava perfeitamente aos meus questionamentos como psicóloga social. Passei, então, a ter um novo olhar sobre o mundo, principalmente sobre meu trabalho. Iniciei os estudos de gênero e das teorias feministas. A força de encontro dessas mulheres foi tão forte e intensa, que após essa formação, outros grupos de mulheres começaram a se reunir, e disso, saiu à primeira Marcha das Vadias de Londrina.

Era 2012 ainda, a cidade de Londrina se encontrava imersa em uma atmosfera de transformação social vinda das mulheres, o que culminou com a Marcha. As discussões propostas nas reuniões, onde participavam, principalmente, mulheres jovens e universitárias, eram, principalmente, em torno da cultura de estupro devido às várias denúncias que as mulheres faziam diariamente e aos números de abusos sexuais alarmantes em todo o país. As preocupações em torno da Marcha por aqui eram semelhantes as das mulheres canadenses que deram início a primeira Marcha das Vadias no mundo. A culpa internalizada por nós mulheres pela violência sofrida era uma questão crucial, pois até hoje existe o pensamento que a responsabilidade do abuso sexual é da vítima e não do agressor. No processo de culpabilização da vítima de abusos sexuais, os motivos seriam as roupas curtas demais, o comportamento “exagerado” para uma mulher, o fato de se estar as altas horas sozinha na rua, enfim, entre outras situações que, independente do fazer da vítima, a culpa recai sobre ela.

A Marcha das Vadias nasce desses questionamentos, devido uma onda de estupros acontecidos na Universidade de Toronto, em 2010. Um grupo de estudantes canadenses decidiu por realizar um ciclo de palestras sobre como combater essa violência. Em uma dessas palestras, um policial foi convidado a palestrar. Uma de suas falas foi: “Se não quiserem ser estupradas, não se vistam como vadias!”. Parecia que faltava apenas essa declaração para explodir uma intensa movimentação das mulheres pelo mundo, que convocava as mulheres as ruas contra a cultura do estupro.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

A *Marcha das vadias* é um protesto feminista que ocorre em várias cidades do mundo. Começou em Toronto, em 2011, com a reação à declaração de um policial, em um fórum universitário sobre segurança no *campus*, de que as mulheres poderiam evitar ser estupradas se não se vestissem como *sluts* (vagabundas, putas, vadias). Reconhecendo nesta declaração um exemplo amplamente aceito de como a violência sexual é justificada com base no comportamento e corpo das mulheres, a primeira *Slutwalk* de Toronto teve como principais bandeiras o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos (GOMES & SORJ, 2014, p. 437).

Ao chegar ao Brasil, a Marcha das Vadias se espalhou pelos Estados de forma rápida e eficaz, principalmente, por causa das redes sociais, assim como afirma Gomes e Sorj (2014, p. 437):

Desde então, por meio da rápida troca de informações proporcionada pela internet, a marcha foi organizada em diversas cidades pelo mundo. Em países de língua espanhola, o protesto ganhou o nome de Marcha de las putas ou Marcha de las vagabundas. No Brasil, São Paulo foi a primeira cidade a organizar uma marcha, em 2011, adotando o termo “vadias”. A rapidez com que a marcha se disseminou pelo país e mobilizou a juventude é indissociável das possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem ao ativismo político. Já em 2012, no segundo ano do advento da Marcha das vadias, 23 cidades, de todas as regiões do Brasil organizaram protestos usando ferramentas como Facebook, Twitter, Youtube, blogues e e-mails.

Em Londrina, a primeira Marcha das Vadias aconteceu no dia 02 de junho de 2012, levando cerca de 800 pessoas pelas ruas da cidade. As redes sociais tiveram papel importante neste processo, pois com a rápida circulação de informação e maior facilidade para organização, em menos de um mês, a Marcha se concretizou. Após essa mobilização, muitas de nós começaram a organizar suas ações políticas em coletivos de mulheres. Aqueles que já existiam, ganharam força no município.

Passei a integrar dois coletivos: a Rede Feminista de Saúde, existente desde 1991, ativa no Brasil todo; e criei junto com outras mulheres jovens, o Emancipação, Valorização e Apoio - E.V.A. Coletivo Feminista. Desde então, ambos coletivos atuam nas áreas de políticas públicas, promovendo oficinas, palestras, encontros, rodas de conversas, debates sobre o movimento feminista e suas pautas, gênero e seus desdobramentos e educação sexual, principalmente, para adolescentes e jovens. É nessa junção de reuniões, encontros e debates, que o olhar da psicologia é posto, é mergulhado. No desafio dos entraves apresentados por essa busca de igualdade, equidade, visibilidade, mudanças de paradigmas, é que a psicologia é convidada a entrar. Buscando diálogos, encaixes, escutando as demandas, propondo junto com as mulheres novas perspectivas de empoderamento, de mudança, de transformação de si

e do outro, promovendo ações afirmativas e fortalecedoras para todas as mulheres. Esse desafio é posto para nós psicólogas/psicólogos sociais, e a pergunta que faço hoje é: Como o movimento feminista contribui e/ou contribui para os processos de subjetivação das mulheres ativas no movimento em Londrina, tendo em vista as transformações geradas no ano de 2012?

O fazer sentido no cotidiano perpassa os meios por onde circula o discurso, este visto pelo enfoque feminista como fonte singular e valorosa de se propagar informação e conhecimento. Através da palavra, as mulheres passam a se conhecer e a se reconhecer no processo de existência, como sujeito histórico-social-cultural-político. Essas subjetividades produzidas através do contato com o movimento social feminista é foco deste trabalho que está sendo desenvolvido, pensando, articulado e apreciado.

Considerações finais

A concepção teórica em psicologia social que trata das produções de sentidos no cotidiano e traz a importância do discurso nesse processo é a perspectiva construcionista. Esta será utilizada, devido ter como um de seus princípios a horizontalidade das relações entre pesquisador(a) e pesquisados(as), valorizando a implicação mútua no processo do fazer pesquisa, bem como no estar nos cotidianos do lugar, nos encontros que se fazem no dia a dia (SPINK, 1999).

Nesta perspectiva, parte-se do princípio de que conhecer é dar sentido ao mundo, o conhecimento sob a “ótica da produção de sentido implica, sobretudo, no posicionamento perante os dados, as teorias, e os outros - nossos interlocutores diretos ou genéricos” (SPINK, 1994, p. 150). Com isso, podemos destacar alguns aspectos que este embasamento teórico traz: dar sentido ao mundo é uma atividade cognitiva, é posicionar-se em uma rede de relações, que é da ordem intersubjetiva, e posicionar-se mediante o fluxo dos acontecimentos, é reconhecer-se como sujeito histórico (SPINK, 1994). O processo de cognição depende da história do sujeito, seja na esfera individual ou das concepções discursivas que estão postas na cultura onde se está inserido. Spink (1994, p. 150) assinala que ao pertencer “ao campo da intersubjetividade, o dado empírico por excelência para a compreensão do conhecimento como produção de sentido são as práticas discursivas”. É possível, então, entender por práticas discursivas os diversos modos em que as pessoas, por meio do discurso, produzem de forma ativa suas realidades psicológicas e sociais (SPINK, 1994).

Para a realização da pesquisa pretendo também lançar mão de alguns conceitos importantes. O primeiro deles é o conceito de cotidiano que, por sua vez, interrelaciona-se

com o de lugar. Pensar o cotidiano, onde se materializam as relações sociais e as relações de poder, exige olhar para o lugar no qual se presentificam simultaneamente o todo social e as relações sociais locais do dia a dia, carregadas de significados e sentidos. O lugar, assim, é efervescente, assumindo constantemente variáveis e instáveis formas as quais, embora tendam a ser capturadas e colonizadas pelos centros hegemônicos, impõem resistências com a finalidade de buscar mudanças nas teias naturalizadas das relações opressoras. Considerando o movimento feminista como movimento de resistência, e a psicologia social crítica como dispositivo que oferece ferramentas comprometidas politicamente e eticamente, entendemos esta como subsídio importante para problematizar potenciais naturalizações de relações sociais de opressão e desigualdade. Nesse sentido, a psicologia social pode ser um artefato bastante útil para subsidiar a reflexão sobre as lutas do movimento feminista.

Outro conceito significativo a ser utilizado neste trabalho será o de gênero, nesta construção de pesquisa, gênero será apresentado como uma categoria de análise, um conceito. Fundamentado nos estudos de Joan Scott (1989), onde gênero é entendido como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Será traçado um caminho de buscar romper com a ideia constante de que gênero é uma posição fixa, além de problematizar as questões do binarismo masculino e feminino, que ainda ditam leis/regras sobre os corpos das mulheres, suas relações e suas ações, proposições essas que são pautas dos movimentos de mulheres. Gênero seria uma forma primária de significar as relações de poder, além de também ser uma dimensão simbólica interligada as questões materialistas, seria uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1989).

Sendo assim, é importante trazer também como pilar deste trabalho acadêmico os cinco eixos que Peter Spink (2003) apresenta como linhas de atravessamento no fazer ciência no cotidiano, que são elas: 1) a relação entre o “sujeito pesquisado (a)” e “o (a) pesquisador (a)”, com ênfase na pesquisa-ação, pesquisa colaborativa, participativa e na ética que as orientam; 2) o uso de diversos métodos na mesma investigação científica, sem a preocupação com a ideia de rigor tradicional, pensando a triangulação dos dados como elemento de validação dos mesmos; 3) a aproximação teórica de uma abordagem construcionista sobre os processos sociais, observando a importância da análise das práticas discursivas, entendendo-as de modo amplo, situadas em lugares e tempos, os quais são atravessados nas atuações cotidianas; 4) embora a pesquisa tenha um ponto de partida, é interessante evitar um planejamento antecipado, o caminho se faria junto aos participantes da pesquisa, mesmo as trajetórias serem desconhecidas e o destino da mesma ser inesperado; 5) a utilização de

formas não ortodoxas de narrar à pesquisa, que estes possam ser adequados ao tipo de trabalho pesquisado.

A pesquisa será realizada buscando integrar tais pontos mencionados acima, levando em consideração que este estudo ainda está em construção e será construído com o contato com o campo-tema, sendo esse uma complexa rede de sentidos que se constroem no diálogo com o tema de pesquisa e com o contexto ao qual este está inserido (SPINK, 2014). Este conceito, campo-tema, é entendido aqui como um emaranhado de redes de sentidos que se interconectam, é um espaço criado, transmitido ou acionado pelo (a) pesquisador (a) e negociado mediante a busca deste de se inserir nas suas teias de ação (SPINK, 2003). “É o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que tem múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes” (SPINK, 2003, p. 28).

Levando em consideração que a Psicologia Social é um campo que possui muitas ferramentas conceituais e metodológicas e a inclusão da perspectiva de gênero e feminista, esta pesquisa deverá proporcionar avanços nos debates sobre as relações entre os movimentos sociais e a construção de subjetividades.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros passos).

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Horizonte, p. 269-287, 2012.

SPINK, Mary Jane P.; LIMA, Helena. Rigor e Visibilidade: A explicitação dos passos da interpretação. In SPINK, Mary Jane P. (Ed.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo, SP: Cortez, 1999. p. 93-122.

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: Uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In SPINK, Mary Jane P. (Ed.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo, SP: Cortez, 1999. p. 41-61.

SPINK, Mary Jane P.; MENEGON, Vera Mincoff. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, Mary Jane P. (Ed.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo, SP: Cortez, 1999. p. 63-92.

ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 465-474, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300017>. Acesso em: 04 de junho de 2017.

ARENDDT, Ronald João Jacques. Maneiras de pesquisar no cotidiano: contribuição da teoria ator-rede. *Psicologia & Sociedade*, v.20, n.spe, pp. 7-11, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326473003>>. Acesso em: 04 de junho de 2017.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n.2, Florianópolis, maio/agosto 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/Sergio/Downloads/Mapeando%20a%20imagina%C3%A7%C3%A3o%20feminista%20Nancy%20Fraser.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Sociedade e Estado*, vol. 29, n. 2, p. 443-448, Brasília, maio/agosto 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 333-357, Florianópolis, mai-ago/2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

_____. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 67-92, Curitiba, Jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

_____. A quarta onda feminista e ao campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, *MR20 Teoria Feminista e a Teoria Política: encontros, convergências e desafios*. Caxambu: Anais, 2014. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico/file>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

SPINK, Mary Jane P.; GIMENES, Maria da Glória. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saúde & Sociedade*, vol.3, n.2, p. 149-171, São Paulo, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901994000200008. Acesso em: 01 de maio de 2018.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, vol. 15, n.2, p.18-42, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822003000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 de junho de 2017.

CERQUEIRA, Daniel, LIMA, Renato Sergio De, BUENO, Samira, VALENCIA, Luis Iván, HANASHIRO, Olaya, MACHADO, Pedro Henrique G., & LIMA, Adriana Dos Santos. (2017). *Atlas da violência 2017*.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

RIBEIRO, Djamila. Os diferentes momentos dos estudos acadêmicos voltados às questões da mulher e um desafio do momento atual. *As diversas ondas do feminismo acadêmico*.

Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

SANEMATSU, Marisa; PRADO, Débora. Dossiê violência contra as mulheres. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/o-dossie/>>. Acesso em 31 de maio de 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Gênero e as políticas de história*. Nova York, Columbia University Press, 1989.

WAILSELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil*. FLACSO Brasil: Brasília, 2015.